

# Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

**52**

OUTUBRO – DEZEMBRO  
1988

# BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Boletim de Pastoral Litúrgica

Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef.: 034 - 22172

Condições de assinatura anual:

	Via normal	Via aérea
Portugal e Países de língua portuguesa	600\$00	1.000\$00
Outros países estrangeiros	750\$00	1.050\$00
Este número	150\$00	—

---

OUTUBRO — DEZEMBRO

52

ANO XIII

Apresentação

A celebração litúrgica do Natal do Senhor

*José Ferreira*

Celebração e vida cristã

*Frei Bernardo, OP*

As formas da piedade popular

e o seu lugar na comunidade

*Fr. Pedro Ferreira, OCD*

Reforma da Cúria Romana

I Encontro das Comissões e Serviços

de Arte Sacra nas Dioceses do Sul

*José António Falcão*

I Encontro Diocesano de Vila Real

Liturgia e Vida, por Manuel Simões

*Este número encerra um ano de publicação do Boletim e prepara o Natal que se avizinha.*

*Efectivamente, é pela quarta vez, este ano, que entramos em contacto regular e pontual com os nossos leitores, partilhando com eles as nossas notícias, preocupações e esperanças.*

*A pastoral litúrgica tem ocupado a maior parte do espaço do Boletim. A arte sacra tem aparecido, eruditamente, a propósito do caminho português da peregrinação compostelana. O mesmo não tem acontecido, porém, com a música sacra que já teve uma secção própria e ultimamente tem falado mais através da harmonia do silêncio. Isso não significa que os seus responsáveis estejam menos atentos ou activos. Podemos garantir que tal não acontece, felizmente, e que até esperamos poder anunciar já no primeiro semestre do próximo ano uma iniciativa de grande interesse musical e de não menor projecção nacional.*

*Saindo nas proximidades natalícias, este número não podia deixar de reflectir sobre o mistério do Natal e de apresentar um estudo sobre a importância e o significado da sua celebração litúrgica. Esta reflexão foi confiada, em boa hora, ao Cón. José Ferreira, que a desenvolve com a competência e o brilho a que de há muito nos habituou.*

*Frei Bernardo, OP, inaugura a sua colaboração no Boletim com um estudo profundo, inteligente e culto, que se não pode ler depressa e que serve de base a um outro que deverá sair no início do próximo ano. A interdependência entre a vida e celebração é nele expressa belamente deste modo: "a celebração ritual é o processo privilegiado de proclamar a grandeza e a fragilidade do mistério inesgotável da vida humana".*

*A tensão entre as formas da piedade popular e a celebração da*

liturgia é apresentada pelo P. Dr. Pedro Ferreira, OCD, não em termos de concorrência ou de conflito, mas de interdependência e de complementaridade. Não deixa de reconhecer, no entanto, que uma liturgia rígida e incompreensível na língua ou nos gestos favorece o recurso sistemático à piedade popular e às suas formas mais ambíguas ou mesmo mágicas. Uma liturgia compreendida e vivida concede à piedade popular o espaço que lhe pertence, mas não se deixa absorver ou substituir por ela.

A informação sobre a reforma da Cúria Romana tem por objectivo fundamental apresentar a reforma da Congregação do Culto Divino, que passou a chamar-se **Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos**. Incumbe-lhe a promoção da liturgia e, a partir de agora, também a promoção da disciplina dos Sacramentos, de modo particular no que se refere à validade e liceidade da sua celebração. Para seu primeiro Prefeito foi nomeado o Cardeal Eduardo Martínez Somalo, que era Substituto da Secretaria de Estado do Vaticano.

Uma notícia sobre o I Encontro das Comissões e Serviços de Arte Sacra nas Dioceses do Sul e sobre o I Encontro Diocesano de Vila Real completa o quadro informativo e revela duas iniciativas de grande projecção a nível regional e diocesano, respectivamente.

Aproveitamos a circunstância para recordar aos nossos leitores o cântico de entrada da Missa da Vigília:

**Hoje sabereis que o Senhor vem salvar-nos;  
amanhã contemplareis a Sua glória.**

**E também para lhes desejar muito cordialmente  
um santo e feliz Natal.**

## A celebração litúrgica do Natal do Senhor

Todos os anos, nas imediações da solenidade do Natal, se ouvem formular questões várias acerca da celebração desta data. A maior parte delas, ao menos nos meios públicos de comunicação, incide sobre a data da festa e a sua explicação. Há quem tome essa data como um simples aniversário. E até se repete que o Menino Jesus “faz anos” nesse dia.

Ora, o Natal não é um simples aniversário, nem pretende sê-lo. O Natal, como aliás as outras celebrações do calendário cristão, sobretudo as do ciclo cristológico, isto é, o das festas do Senhor — entenda-se, de Nosso Senhor Jesus Cristo — não celebram aniversários, mas **mistérios**. O cristianismo é, sem dúvida, uma religião histórica, assenta sobre acontecimentos históricos, realizados no tempo; mas esses acontecimentos, inseridos realmente na história dos homens, têm uma significação divina, são significativos e portadores da presença e da acção de Deus junto dos homens, para salvação dos mesmos homens. É precisamente a esses acontecimentos, com a sua significação salvífica, que damos, neste contexto da celebração litúrgica, o nome de **mistérios**. Assim, falamos do mistério do Natal, ou da Páscoa ou da Transfiguração, etc.

### O mistério do Natal

O acontecimento que serve de ponto de partida para a celebração litúrgica do Natal é evidentemente, como a palavra o diz, o Nascimento de Jesus. O facto, não propriamente a data. Nem se conhece o dia em que Jesus nasceu. Tradições houve que o celebraram noutro dia. Mas

celebramos este acontecimento do nascimento de Jesus, porque ele encerra e revela um mistério.

Quando na Missa da Vigília do Natal, (rigorosamente a primeira das quatro Missas do Natal), prevista para a tarde do dia 24 de Dezembro, ouvimos proclamar a genealogia de Jesus Cristo no Evangelho de S. Mateus, desfila diante de nós, desde "os tempos antigos", aquela teoria magnífica dos ascendentes do Senhor. E de Abraão até José, "esposo de Maria, da qual nasceu Jesus", podemos acompanhar, através de três vezes catorze gerações, a realização histórica do desígnio salvífico de Deus sobre este nosso mundo. Assim vamos compreendendo que nem o projecto de Deus paira fora ou acima da história dos homens, nem esta se limita a um encadeamento cego e fatídico de acontecimentos temporais. Os acontecimentos são, em última análise, profundamente **simbólicos**, não no sentido de simplesmente alegóricos ou caprichosamente interpretáveis ao sabor das conveniências humanas, e, então, vazios de algo mais do que aquilo que exteriormente nos é oferecido, mas no sentido profundo e totalizante do **símbolo**, que é sempre sinal sensível, mas que manifesta e veicula uma realidade que está para além daquilo que os sentidos podem captar. A celebração que a liturgia faz desses acontecimentos, mais do que celebração de uma data e do simples facto histórico que ela evoca, é celebração do mistério que naquele acontecimento se manifesta e se nos oferece para nele participarmos. Por esta razão, a celebração religiosa supõe necessariamente, antes de tudo, a fé, sem a qual os acontecimentos não seriam sequer entendidos como acontecimentos de salvação.

O conteúdo objectivo celebrado na solenidade do Natal, se é certo que parte, de facto, do nascimento de Jesus, é, na realidade, o mistério da Encarnação do Filho de Deus, com tudo o que ele encerra de comunhão de Deus com o homem na Pessoa do Homem-Deus. É o que claramente se afirma na oração conclusiva do Ofício da Vigília (Ofício de Leitura) e se repete na Missa do Dia: "Senhor nosso Deus, que de modo admirável criastes o homem e de modo ainda mais admirável o resgatastes, fazei que possamos participar na vida divina de vosso Filho que Se dignou assumir a nossa natureza humana". O mesmo se canta na primeira antífona das Primeiras Vésperas do dia oitavo do Natal (1 de Janeiro), onde a Igreja contempla maravilhada: "Oh admirável Mistério! O Criador do género humano, tomando corpo e alma, dignou-Se nascer de uma Virgem; e, feito homem, tornou-nos

participantes da sua divindade!" (O texto latino, em vez de "admirável mistério", diz de maneira mais realista, sem dúvida difícil de traduzir à letra: "Oh permuta admirável!). É o mistério que os Padres da Igreja exprimiram por estas outras palavras: "Deus fez-Se homem, para que o homem se tornasse Deus".

### **A data do Natal**

Rigorosamente falando, **natal** é um adjetivo, que qualifica o substantivo dia: **dia natal**, isto é, **dia natalício**. Assim é designado o dia em que os mártires nasceram para a glória celeste. Como acima foi dito, não é conhecido o dia em que Jesus nasceu. A escolha do dia 25 de Dezembro fez-se, digamos em linguagem actual, por razões pastorais.

A Igreja primitiva só conheceu um dia de festa: o **Dia do Senhor**, o Domingo, Páscoa semanal, e, algum tempo mais tarde, a Páscoa anual. A primeira referência à presença do dia de Natal lê-se num calendário romano do ano 336. Pouco posterior ao concílio de Niceia (325), que proclamou a origem divina de Jesus contra o arianismo, contemporânea da edificação da primeira basílica de S. Pedro (c. 330), construída pelo imperador romano Constatino logo a seguir à proclamação do edito de Milão que dava a liberdade à Igreja (313), a festa do Natal do Senhor parece ter sido celebrada primitivamente naquela basílica sobre a colina vaticana, onde anteriormente o povo romano, então ainda pagão, vinha prestar culto a certas divindades orientais, nesse tempo muito em voga no Ocidente, como hoje, de novo, semelhantemente acontece. Entre elas, contava-se o Sol, celebrado, com o título de "Sol invencível", no dia 25 de Dezembro (**VIII Kalendas Januarias**: no dia oitavo antes do dia 1 de Janeiro), no solstício do inverno, quando o sol, que até ali parecia querer cair para trás do horizonte, de novo como que renascia, recomeçando a sua ascensão a caminho do hemisfério norte. Daí, entre os pagãos, o **natale solis Invicti**, o natal do sol invencível. Para contrapor uma festa cristã a essa festa pagã, "última resistência do paganismo" romano, foi instituída a festa do Natal de Cristo, que já um profeta anunciara com o título de "Sol de justiça" (Mal 4,2). Não se trata, como por vezes se diz, do baptismo de uma festa pagã, mas antes da substituição da festa pagã por uma festa cristã, ou, mais propriamente, da substituição do tema da festa pagã pelo tema cristão do mistério do nascimento de Jesus Cristo.

De facto, se os acontecimentos da história da salvação e a consciência do mistério que eles encerram levam à criação das festas para os celebrar, também a celebração das festas faz descobrir o conteúdo profundo do mistério celebrado nessas mesmas festas. Foi o que se pretendeu que acontecesse com a criação da festa do Natal. E, de facto, aconteceu. É preciso agora que continue a acontecer!

Não quer, no entanto, com isto dizer-se que a instituição da festa do Natal tenha tido simplesmente uma finalidade educativa. Nasceu a festa do Natal como nasceram as outras festas do calendário cristão. O mistério de Cristo, celebrado a princípio na sua totalidade no Dia do Senhor ou Domingo, foi sendo como que desdobrado em outras celebrações, que têm por objecto aspectos particulares daquele mistério total, aos quais se dá igualmente o nome de **mistérios**; e assim dizemos o mistério da Anunciação, da Visitação, da Apresentação, da Ascensão, etc. O mistério de Cristo é **sempre só um e sempre todo**, como dizia Odo Casel; mas nós, que vivemos no tempo e dividimos a totalidade do tempo em tempos diferenciados, é normal que também a totalidade do mistério pascal de Cristo, como que a decomponhamos nas suas diversas fases, como faz o prisma à luz do sol, quando a decompõe nas suas diversas cores. Assim nasceram as festas e os tempos litúrgicos ao longo do ano.

### **A celebração do Natal**

A liturgia são as diversas celebrações litúrgicas. O calendário é apenas a organização dessas celebrações ao longo do ano. A celebração do Natal faz-se nas diversas celebrações ou acções da liturgia. Para a maior parte dos cristãos essa celebração limita-se à Missa. A Missa é, de facto, sempre a primeira celebração da liturgia; outras poderia haver, particularmente a celebração da Liturgia das Horas, tão rica nos seus elementos e tão bela na sua realização. Na Missa, a Eucaristia é, de facto, o elemento culminante de toda a celebração, como o é em todo o conjunto da liturgia; mas não é o único. Elemento fundamental de todas as celebrações é também a palavra de Deus; aí ela é proclamada, é cantada, é meditada, é interiorizada, é rezada. Na palavra como no sacramento, o Verbo de Deus, que é a sua Palavra, vem habitar no meio de nós, em sinais, sem dúvida, bem



humanos, mas bem significativos e realizadores da comunhão de aliança de Deus conosco.

### **As Missas do Natal**

O Missal Romano apresenta, para o dia de Natal, três formulários de Missa, para serem utilizados em três momentos diferentes: **na noite** (e não necessariamente à meia noite, expressão que não se encontra em nenhum livro litúrgico), **na aurora** e **no dia**. Tal costume provém da cidade de Roma, onde nasceu para dar solução a uma determinada situação pastoral, no tempo do Papa S. Gregório Magno (+604). Com a expansão dos livros litúrgicos romanos por todo o mundo ocidental a partir do século VIII, aquele costume tornou-se universal e permanece até aos nossos dias. As três Missas não revestem nenhuma significação especial, e é absolutamente arbitrário procurar em cada uma delas qualquer aspecto particular e exclusivo do mistério do Natal.

Das três Missas, a que foi, desde a origem, a Missa principal da solenidade é a **terceira**, a **Missa no Dia**, dado que as outras apareceram, **a primeira**, na noite, para imitar em Roma, num oratório construído junto da basílica de S. Maria Maior, como réplica do presépio de Belém, a vigília naquela mesma noite celebrada na cidade onde Jesus nasceu, e **a segunda**, na aurora, para responder à devoção da colónia bizantina, residente em Roma, que celebrava no dia 25 de Dezembro a sua padroeira, S. Anastácia, na basílica que ainda hoje conserva o seu nome. Mas esta segunda Missa recebeu, desde cedo, ainda em tempos de S. Gregório, um formulário também relacionado com o Natal.

O centro e, ao mesmo tempo, o ponto culminante da liturgia do Natal encontra-se na leitura evangélica da **Missa no Dia**. Melhor do que as narrações do Evangelho da infância da Missa na Noite e na da Aurora, é o soleníssimo prólogo de S. João que ilumina todo o mistério da solenidade do Natal do Senhor: "O Verbo estava junto de Deus, e o Verbo era Deus... e o Verbo fez-Se carne e habitou no meio de nós. E nós vimos a glória d'Ele, glória que Lhe vem do Pai como a Filho Único, cheio de graça e de verdade" (Jo 1). Eco, ao mesmo tempo bem claro e grandioso, a esta leitura evangélica encontra-se antecipadamente na Segunda Leitura, tirada da Epístola aos Hebreus, que assim começa de maneira tão eloquente: "Deus, que, muitas vezes e de muitos modos,

falou outrora a nossos pais pelos Profetas, nestes tempos, que são os últimos, falou-nos por seu Filho” (He 1,1-2). Decididamente o Natal cristão, (e não há outro), é a celebração do mistério da Encarnação do Filho de Deus.

### O tempo do Natal

Dá-se este nome aos dias que vão das Primeiras Vésperas da solenidade do Natal, na tarde do dia 24, até à festa do Baptismo do Senhor. Este breve tempo litúrgico, pouco mais de duas semanas, é o prolongamento e como que o desdobrar das celebrações natalícias. Entre elas, a principal é a solenidade da **Epifania**. Como o nome indica, trata-se de uma festa vinda do Oriente, onde nasceu sensivelmente no mesmo tempo em que o Natal no Ocidente e com idêntica significação. Foi colocada no dia 6 de Janeiro, que no paganismo oriental correspondia ao 25 de Dezembro do Ocidente. **Epifania** significa exactamente **Manifestação, Aparecimento**. É este, de facto, o tema central da Epifania, a manifestação do Senhor, do Verbo que, feito carne, habitou no meio de nós. É outra maneira de apresentar o mistério da Encarnação. O nosso mundo ocidental, mais sensível aos factos do que à sua significação, partiu sobretudo do nascimento do Menino de Belém; o Oriente, mais dado à contemplação dos acontecimentos e a penetrar na sua significação profunda, partindo também de acontecimentos evangélicos, sublinha sobretudo a Manifestação aos homens d'Aquele que é o Filho de Deus. Pode ajudar para comparar a perspectiva das duas solenidades o texto que serve de cântico de entrada a uma e a outra, no Natal: “Um Menino nasceu para nós, um Filho nos foi dado...”; na Epifania: “Eis que vem o Senhor soberano...”. A antífona do Natal conduz-nos ao presépio, à gruta de Belém, a da Epifania, ao trono do Pantocrator, o Senhor na glória, como Ele é representado nos célebres ícones orientais. Mas seria extremar demasiado os dois campos, se insistíssemos nesta diferença, pois que a antífona do Natal continua: “... Tem o poder sobre os seus ombros”, reconhecendo no Menino de Belém o mesmo “Senhor soberano” saudado na Epifania. Nesta última solenidade o que acontece é que a Manifestação do Senhor se faz proclamando outros acontecimentos evangélicos de grande alcance messiânico, alguns dos quais já não pertencem ao tempo da infância de Jesus; são eles, além da

manifestação aos gentios na pessoa dos Magos, o Baptismo no Jordão, que terá aliás depois uma festa própria, e as bodas de Caná. A referência a estes mistérios aparece sobretudo nas antífonas da Liturgia da Horas.

Solenidade grande é ainda a de **Santa Maria, Mãe de Deus** no dia 1 de Janeiro, quando se termina a **Oitava do Natal**. O Tempo do Natal é realmente o tempo, por excelência, da Mãe de Jesus, mais do que qualquer outra época do ano.

O três primeiros dias da oitava foram outrora de grande tradição popular: no dia de S. Estêvão (26), festejavam-se os diáconos; no dia de S. João (27), os presbíteros; no dia dos Santos Inocentes (28), os estudantes e os clérigos mais novos. Este último foi o dia da célebre "festa dos loucos", que ainda hoje conserva tradições em certas comunidades religiosas. Ecos da Idade Média, não de todo desprovidos da candura natalícia!

No domingo dentro da oitava de Natal ou, se este não existir, no dia 30 de Dezembro, celebra-se a festa da **Sagrada Família**, apresentada como modelo das famílias cristãs.

O Tempo do Natal encerra-se com a festa do **Baptismo do Senhor**. Sobre as águas do rio a voz do Pai proclama seu Filho Aquele que, ao erguer-Se das águas, levanta consigo o mundo, e o Espírito desce sobre Ele, marcando-O como o Messias, o Ungido, o Cristo, cuja unção espiritual marcará todos os ungidos do seu povo, os cristãos, tornados outros Cristos. Do Jordão, Jesus Cristo caminha para o monte da tentação e dali para o Calvário, Cordeiro de Deus, como João Baptista O apresentou ao povo, para sobre a Cruz Se oferecer como oblação pascal ao Pai, levando em Si toda a humanidade. O Natal é já uma celebração pascal.

JOSÉ FERREIRA

## Celebração e Vida Cristã

1. As palavras têm a sorte das modas: aparecem, florescem e caem em desuso; reaparecem com outras conotações, consoante os contextos de vida ou de vivência. Por vezes têm uma origem “científica”, frequentemente surgem pela via popular e outras são expressão de sentimentos ou situações sociais mais ou menos transitórias.

Hoje em dia a palavra “**celebrar**” é usada para quase todas as situações, com o sentido análogo, eventualmente até equívoco, pela diversidade do que pretende expressar.

2. A vida humana é plurifacetada. E há que considerar essa complexidade enquanto ser somático e espiritual, interior e exterior, objectivo e subjectivo, pessoa que vive e que sabe e que busca o “como” e o “porquê” das experiências pessoais e do contexto social. A pessoa que pensa, quer, fala, trabalha, exprime-se num contexto social aculturado. E a cultura é resultante da actividade humana, é expressão das faculdades de reflexão, projecto, criatividade e actividade programada em que são coordenadores os aspectos científicos, técnicos e artísticos enquanto pensados, avaliando e aprendendo da história, e é programado o futuro pessoal e social, como pessoas livres e complementares.

E enquanto ser que pensa também exprime o pensamento em linguagem inteligível, graças aos diferentes jogos linguísticos. E é uma constatação de todos os tempos que o homo sapiens exprime os aspectos essenciais da vida em ciência, simbolizada pela descoberta e variados usos do fogo, criação de sinais de comunicação, a dimensão artística e lúdica, pela arte, traduzida em representações, nomeadamente pela pintura e escultura, e a dinâmica religiosa, desde a mais comum expressão no cuidado com os mortos até às produções literárias e obras artísticas variadas e do mais alto nível, inspiradas em temática tipicamente religiosa, como um universal comportamento tipicamente humano.

3. É uma constatação que a vida humana está marcada por **celebrações**. Estas surgem pelo facto da pessoa que toma consciência de si e dos outros, da singularidade e complementaridade, vive lançada na história, enquanto vivida e ainda em projecto, no tempo que se escoia de forma homogénea e irreversível e a que se pretende dar sentido.

Assim a vida é **memória** do ser que cada um viveu ou sofreu, na partilha com os outros, é **projecto** do que pretende ser e viver e que sempre acompanha a pessoa consciente. E no meio das tribulações, ansiedades e angústias, à mistura com a consciência de provisório e de plenitude, do já vivido, retomado pela memória analítica, surge assim numa mistura de frustração e alegria, do conseguido, do vivido, face ao projecto que acompanha a pessoa e está no horizonte do possível, arquitectado de forma mais ou menos realista, mais ou menos sadia.

4. E também é da nossa experiência quotidiana que vamos tomando consciência, mais ou menos viva, de que há real **distância** entre o projectado e o realmente conseguido. Esta normal tensão, mais ou menos conflituosa, é traduzida, é expressa em linguagem, em sinais inteligíveis, mais ou menos simbólicos, frequentemente traduzidos em formas teatrais ou plásticas. Assim a palavra, o gesto, a obra de arte, em suma, a cultura, são a acção das pessoas sobre a natureza para a tornar situadamente significativa. Deste modo, **a natureza e a cultura** deveriam ser harmoniosamente entendidas, pensadas e programadas, para serem expressão, sinalética de todas as dimensões do ser pessoal que vive em partilha social dos teres e haveres.

5. A linguagem, é um conjunto organizado de **sinais**, de modo mais ou menos livre, e em que deveria haver certa coerência e continuidade entre os sinais naturais e artificiais ou de livre escolha, visto que pertence às pessoas enquadrar, explicitar, "criar" ou reintegrar os significados indeterminados.

Na estruturação e uso pertinente dos sinais linguísticos, há pois e sempre a memória, a **história** "mestra da vida" e um **projecto de vida**. Aquela é traduzida por símbolos e este por propostas com sentido percebido por todos os intervenientes no processo. Tudo deverá ser pertinentemente codificado e decodificado, numa linguagem operativa em que as mensagens cheguem ao destinatário de forma inteligível, de modo a desencadearem o impacto pretendido.

6. Tratando-se de linguagem tipicamente religiosa, há que considerar o significado e respectiva função dos **mitos e ritos**.

De facto os **mitos**, como formulação simbólica das origens da humanidade, continuam a ter intensa e inesgotável força expressiva do "mistério" do começo e do fim. O início absoluto que nos é relatado pelo Génesis e outras fontes de literatura suméria, traduz a realidade experimentada, vivida pelos primeiros seres humanos. E a experiência misteriosa e religiosa, traduzida em gestos rituais, que eventualmente e posteriormente foram traduzidos em mitos, forma não filosófica nem científica, mas autêntica e englobante para exprimir a complexidade da vida humana, especialmente no dealbar da própria consciência e referência dialógica e interpretativa com o Cosmos e o numinoso, o transcendente.

7. Pelo estudo da história das religiões constatamos que os ritos, mais ou menos originais e diversificados nas suas formas, algumas até aberrantes, pretendem exprimir comportamentos pessoais e sociais com aspectos unificadores da comunidade responsável situada face ao Absoluto. E em certas situações buscam a vontade de paz e quietude; noutras exprimem vontade de superar as contradições, os conflitos, os limites e sofrimentos da vida presente.

E cada vez que a comunidade se congrega religiosamente, realizando uma atitude ritual, pretende reintroduzir e actualizar no tempo, reefectuar o mito que é interpretado como extra-temporal. E por estes processos recordam-se as origens mediante a evocação do mito e projecta-se para o respectivo fim, dando sentido ao ser pessoal e social inserido numa história, num tempo e espaço aculturados de forma caracterfstica.

8. A evocação dos mitos, pela mediação de ritos litúrgicos, auxiliam as pessoas concretas a situarem-se significativamente no tempo, sendo neutro ou profano, passar a ter "intervalos religiosos" ou de vivências de plenitude. E têm especial significado e incidência nos tempos mais ou menos significativos das pessoas, no ciclo temporal: o nascimento, a entrada na puberdade e a morte. A doença e o casamento são também especiais situações evocadas com adequada celebração e evocação. Os tempos de vivência ritual retiram a pessoa da rotina e do cotio do dia-a-dia, permitindo perceber e viver o sentido pleno e referenciado da vida pessoal e social.



9. Neste sentido a celebração ritual é o processo privilegiado de proclamar a grandeza e fragilidade do mistério inesgotável da vida humana. Tendo necessidade de segurança e sofrendo dos próprios limites biológicos e temporais, esforçadamente tenta reduzir, ultrapassar e sublimar os limites sofridos.

Assim, a celebração é uma original e eficaz forma de se exprimir enquanto ser misterioso e com aspiração de perenidade pessoal e comunitária. A pessoa e a comunidade que celebram tomam distância relativamente ao presente efêmero e tentam situar as pessoas num sentido englobante e total: o sido, o sendo e o ser ilimitado, superando o tempo e o provisório.

10. Neste contexto parece oportuno notar que o cristianismo não é propriamente uma religião, embora integre muitos elementos semelhantes aos das grandes religiões, enquanto formas de expressão comuns à humanidade, em busca de interpretação da totalidade do ser. A diferença surge, primariamente, do facto de ter sido Deus em Jesus Cristo a tomar a iniciativa duma revelação acerca da entidade de Deus e do significado da vida humana. Deus disse, pela própria Palavra que é Jesus Cristo, que Deus é o Criador e qual o destino dos seres humanos, seus Filhos. Para ter acesso a esse conhecimento comunica o dom da Fé teologal. Este dom é também apelo e tarefa para assumir numa vida com sentido e nova qualidade. E a Fé que informa a inteligência e estimula a vontade, toma formas expressivas sócio-culturais, semelhante ao que se passa nas grandes religiões e a que já fizemos breve referência.

11. A livre auto-manifestação de Deus foi sendo feita de forma lenta e progressiva, a uma comunidade a partir da vocação e pronta resposta de Abraão que, deixando a parentela em Ur, se pôs a caminho do desconhecido; fiando-se tão somente na Promessa, correu muitos riscos, sofreu muitas e variadas provações para se manter fiel. A partir de então e muito especialmente desde que o Verbo entrou na História humana, em Jesus Cristo, o fenómeno religioso, baseado nos três elementos dinamicamente interligados, **o mito, o rito e o sentido**, foi ultrapassado: o mito, no seu papel manifestativo, é substituído pela Palavra de Deus, acolhida na Fé. E esta Palavra, largamente consignada na Bíblia, revela-nos as nossas origens, o nosso destino e o estilo e qualidade a assumir nas comunidades civil e religiosa.

Tanto o Génesis como o Apocalipse, iniciam e encarnam a gran-

de Tradição sobre as origens e a escatologia, o princípio e o fim da vida humana. Assim a Palavra gera e alimenta a Fé. E como vivemos em diferentes e sucessivos momentos da História, a Palavra, que substitui a função natural do mito, deve ser proclamada, interpretada nas diferentes comunidades culturais e ao longo do construir da história, que deve iluminar pela acção do Espírito e esforço pessoal e comunitário.

12. Esta permanente actualização faz-se pela mediação da pregação e celebração dos sacramentos. O sacramento, **“sinal eficaz do que significa”**, actualiza, reefectiva, num tempo e espaço, em que é celebrada a Fé, a eficácia da revelação da Palavra. O sacramento só tem autêntico significado e eficácia num contexto ritual, iluminado e animado pela Fé cristã, que nos orienta na vida a viver, face ao fim que anuncia e que já contém e comunica.

13. A verdade da celebração ritual deverá pois manter-se fiel a dois dados: à verdade da tradição e à vivência sócio-cultural da época e da cultura local. É que Deus revelou-Se progressivamente e à medida que foi despertando a consciência humana. Daí que a linguagem multiforme da Revelação deverá ser interpretada, actualizada em cada situação da história. A percepção do projecto de Jesus Cristo e a respectiva vivência nunca estão definitivamente actualizadas.

Por seu lado, a celebração sadia dos sacramentos exige fidelidade à Palavra e respectiva intenção original, que é a memória, à Igreja que torna visível o sinal e apontando para o projecto a consumir na escatologia, vivido e já sendo também profecia.

14. Assim a celebração sacramental, na medida que é fiel e verdadeira, deve iluminar e sugerir o estilo de vida evangélica no presente, actualizar o dom de Deus para os que nela participam na fé, de forma livre, consciente, arrependida e convertida.

Em resumo: na celebração correcta evocamos a história, assumos o presente com o pleno significado humano, projectamo-nos para o futuro absoluto. E tudo isto acontece porque Jesus Cristo torna-Se presente para a todos libertar de forma inteligível, fazendo apelo ao compromisso de vida de qualidade cristã.

15. Na celebração sacramental, **a palavra tem um papel determinante**. É pela palavra que as pessoas se exprimem e entendem,



sob a forma declarativa, enunciativa ou performativa, enquanto é uma forma privilegiada da linguagem. Naturalmente, pelo impacto provocado pela mensagem enviada e acolhida, não só esclarece como desencadeia uma resposta traduzida num comportamento humano. E infinitamente mais efectivadora é a Palavra de Deus, que tem uma força ilimitada, infinita, cf. Is. 55, 10 e sg. A palavra sacramental — palavra, gesto, rito realizam o que exprimem, o que significam, cf. Act. 2, 14-16; 21; 8, 6-17; 10, 43-48. Aqui temos as palavras **performativas** que dizem e realizam o que é enunciado. Aliás, algo semelhante acontece na linguagem corrente do mútuo relacionamento, em que as pessoas realizam algo, efectivam compromissos. A linguagem cristã usa a modalidade enunciativa, mas privilegia a performativa, como seja as profissões de Fé, a oração sadia, a celebração pertinente dos sacramentos.

16. A “eficácia sacramental” depende pois da Palavra proclamada num contexto de fé e da coincidente disponibilidade e empenhamento daqueles que entram na dinâmica da respectiva celebração, cujo significado e eficácia desejam assumir.

Torna-se necessária a ligação entre a Palavra efectivadora e a “consciência de passagem” daqueles a quem é proclamada e referida. Assim temos no Baptismo a consciência de renascimento e da novidade cristã; na Confirmação o despertar para a passagem da iniciação cristã ao responsável empenhamento eclesial; a Eucaristia é a permanente Páscoa ou passagem, para se ressituair, de forma esclarecida, fortificada e livre na Comunidade; o Matrimónio funda e estrutura a comunidade no dom da vida, cujo modelo de dom é Cristo, que Se entregou até à morte; a Ordem destina-se a dar continuidade e a suscitar na comunidade a gratuita iniciativa de Deus; a Reconciliação ressitua a Vida cristã desorientada e a Unção dos Enfermos ajuda a assumir a própria finitude e reorientar para a plenitude escatológica.

Os sacramentos marcam pois os tempos fortes e decisivos das opções da vida pessoal, eclesial e social, buscando perceber, interpretar e ultrapassar o transitório, o efémero, dar sentido pleno à vida e à morte biológica. Assim a finitude da história é percebida à luz da plenitude conseguida por Cristo ressuscitado e comunicado aos que O acolhem como Alfa e Omega, como princípio animador e santificador da nova criação que nos é proposta. Depende de nós acolhê-la e viver de acordo.

FREI BERNARDO, O. P.

# As formas de piedade popular e o seu lugar na comunidade

## Introdução

A liturgia da Igreja não pode ignorar, descuidar ou menosprezar a piedade popular. Ambas pertencem e dizem respeito ao homem e à comunidade.

O Concílio recorda que "são muito de recomendar os actos de piedade do povo cristão, desde que estejam em conformidade com as leis da Igreja" (SC 13). Na origem e nas realizações concretas a piedade popular está relacionada com a liturgia, como se deduz da história e como o povo a entendeu em todos os tempos. A reforma litúrgica deve estender-se à piedade popular como desejou o Concílio: "Importa ordenar esses actos de piedade tendo em conta os tempos litúrgicos, de modo que se harmonizem com a sagrada liturgia, se inspirem nela, e a ela, por sua natureza muito superior, conduzam o povo" (SC 13).

A piedade popular merece uma reflexão à luz da experiência de vinte e cinco anos de reforma litúrgica.

## 1 - Liturgia e piedade

A oração da Igreja ainda hoje conserva as marcas de uma acentuada concorrência, nem sempre honesta, entre liturgia e piedade: uma satisfaz a obrigação e a outra responde à necessária devoção. A linguagem é contraditória e os termos são imprecisos. No fundo está em causa um conceito de Igreja, e mais, um modo de ser Igreja muito diversificado, mais ou menos cristianizado. Ao longo da história da Igreja, como se tinha já verificado em Israel, nós encontramos a Igreja

nas diferentes comunidades eclesiais: oriente e ocidente, família e ritos litúrgicos, clero, religiosos e leigos. Mas a diferença mais acentuada verificou-se na Igreja dita clerical e popular, que se distanciaram e enveredaram por caminhos que agora temos de refazer com muita caridade, paciência e decisão.

Conhecemos a história da oração, os caminhos percorridos e os valores espirituais que a Igreja orante conserva na sua liturgia oficial e na piedade popular. O Espírito conduziu a Igreja do nosso tempo a uma situação de reforma necessária e urgente. A ideia duma Igreja perfeitamente estruturada e organizada sobre uma liturgia que devia ser cumprida tão escrupulosamente como tão livremente se deixava a piedade popular, não pode subsistir: ficará para a história, cujos novos rumos somos convidados a iniciar no presente, aurora do terceiro milénio da nova era.

Poderíamos comparar a história da oração com a evolução do processo de crescimento integral da pessoa humana. Após séculos de convivência pacífica, harmoniosa e conjugada em que a oração da Igreja dava espaço ao florescimento do melhor espírito da liturgia e da piedade popular, seguiu-se um tempo de natural separação alimentada por uma certa competição. E tudo isto de forma muito natural: infância = convivência pacífica; adolescência = divergência; juventude = aproximação; adulto = encontro.

Trata-se de uma descoberta (infância), afirmação (adolescência), conquista (juventude) e união forte e definitiva (adulto) no matrimónio entre duas formas de ser diferentes, mas inter-unidas, porque relacionadas. No contexto desta evolução poderíamos considerar a oração da Igreja como tendo chegado a uma situação de ou se casa e quer casa, ou “dá freira” e entra no convento, ou fica solteira e “termina” tia. A Igreja reúne hoje todas as condições necessárias para uma profunda reforma da liturgia e da piedade popular, colocando-as ao serviço da comunidade cristã, não como alternativa, mas como a melhor solução para a liturgia e para a piedade popular.

A problemática que envolve as formas de piedade popular diz respeito e interpela a liturgia, e só neste contexto mais amplo e profundo se pode analisar. Assim como os problemas do casal se resolvem em casal, se bem que todas as ajudas exteriores sejam poucas, assim os problemas da liturgia e da religiosidade se resolvem entre si, muito embora com a ajuda da teologia e das ciências humanas, em ordem a uma convivência pacífica que permita a verdadeira integração num

ambiente de são convívio, no respeito pelas diferenças e no aproveitamento dos seus valores próprios. A liturgia precisa da chamada piedade popular e esta supõe a liturgia como referência natural. O crente precisa de ambos: para cada um há um tempo próprio. Cada crente sabe por experiência pessoal que as celebrações litúrgicas são tão necessárias como os exercícios de piedade da religiosidade popular e que ambos desempenham uma função própria e insubstituível. E nem a formação intelectual, teológica ou espiritual conseguem eliminar a necessidade de acções litúrgicas e devocionais da piedade popular. Há, até, situações em que se satisfazem necessidades litúrgicas com exercícios de piedade e vice-versa: e isto entre os mais entendidos na matéria, de modo que tal atitude não se pode atribuir, como por vezes se faz, à ignorância religiosa.

Com frequência se ouve dizer aos que sabem falar: "vós os liturgistas destes cabo da oração da Igreja com tantas rubricas e agora não há quem goste nem suporte as cerimónias". A liturgia aparece, neste contexto, como sendo monopólio dos liturgistas ou moralistas. A prática demonstra quão errada é esta concepção entre os mais e os menos cultos. A liturgia e a piedade são o que nós fazemos ser, e a nossa oração é feita segundo as normas da liturgia e a piedade que nos vai na alma como herança pessoal, familiar ou social: e mal dos crentes quando assim não acontecer.

A consciência que temos da necessidade de ambas as formas de oração deve levar-nos a reflectir o assunto e a conjugarmos esforços comuns na obra da reforma da liturgia e da evangelização da religiosidade popular, segundo as orientações pastorais da Igreja, cujo magistério acompanha atentamente com reflexões doutrinais e propostas pastorais muito concretas ou a concretizar em cada circunstância. O serviço de Pastoral do Secretariado Geral do Episcopado português publicou um caderno de muito interesse para este assunto (1). Lá se podem encontrar textos do magistério e reflexões teológico-pastorais.

## **2 - As Festas**

As festas são uma necessidade do homem. Respondem à vocação celebrativa do homem que precisa das festas para celebrar os

(1) AA. VV. *Religiosidade popular e educação da fé*, Cadernos de Pastoral 2, Secretariado Geral do Episcopado (Lisboa 1987).

acontecimentos que lhe dizem respeito. As festas e as suas celebrações muita ajudam o homem a aliviar a vida e a estar em comunhão: afirmam o homem e libertam-no do ritmo quotidiano que lhe impede o gozo da vida e o isola por necessidade de sobrevivência. A festa dá ao homem a possibilidade de se dedicar ao que lhe é mais querido e importante: a família, a pátria e a religião. A celebração constitui o momento mais alto da festa. E não há festa sem celebração. É a própria celebração religiosa ou profana que dá à festa o seu sentido religioso ou profano. Todas as celebrações têm o seu ritual próprio com as cerimónias previstas e cuidadosamente ensaiadas e executadas. As celebrações, como as festas, não se improvisam, mas preparam-se adequadamente de modo a que o homem nelas possa reclamar e exercer justiça, segundo o conceito da mesma, de acordo com a sua cultura, condição social e religião. Assim, o dinheiro que escraviza o homem e o submete ao trabalho é gasto de uma forma supérflua e não utilitária, como os foguetes, os adornos e outros prazeres do corpo ou do espírito. E o que se diz do dinheiro pode, igualmente, ser dito a respeito do tempo que a festa usa na celebração como elemento supérfluo ao serviço de algo bem mais vital e importante, com o é a eternidade. A celebração pode e deve demorar mais tempo que o habitual porque a celebração pode e deve demorar mais tempo que o habitual porque assim evoca melhor o sentido da transcendência da vida humana.

Todos estes elementos deveriam ser tidos em conta nas festas cristãs e suas celebrações. A evangelização deve ajudar o homem a encontrar o que de mais profundo ele procura nas festas e suas celebrações. A prática religiosa está relacionada com a utilidade da religião para a vida do homem. O utilitário e o funcional das celebrações encerram um valor diferente e bem diferenciado na vida humana. A evangelização terá de concorrer com interesses económicos, políticos e sociais que exploram o homem que no evangelho e na celebração festiva encontra o ideal humano e cristão. As festas e suas celebrações litúrgicas são oportunidades para essa mesma evangelização que transformará as festas dos crentes em momentos privilegiados para o homem avaliar a vida e estar em comunhão com Deus e com os homens na perspectiva da revelação bíblica, da fé da Igreja e da celebração litúrgica.

As festas populares, porque dizem respeito ao homem, interessam à pastoral. Esta deve evangelizá-las, mediante a liturgia e suas celebrações, quer tenham nascido da liturgia, quer com ela se

relacionem. A reconciliação entre liturgia e piedade popular é necessária para se obterem resultados mais humanitários e se prestar um melhor serviço ao homem completo.

### **3 - As devoções**

As devoções são expressão do sentimento mais profundo do crente. A nossa pastoral usou e abusou das devoções, prestando por vezes um mau serviço ao homem. Nas devoções trata-se de salvar o homem. Por elas o homem procura a salvação de uma forma por vezes desesperada, inumana e alienatória, mas a questão essencial é sempre o homem e o que lhe é mais querido.

A liturgia da Igreja é certamente a maior devoção dos crentes. Nesta devoção e à maneira desta nascem as outras que se adaptam à medida, ao gosto e às necessidades da religião popular, sempre que esta não encontra na religião oficial e sua liturgia o lugar adequado para a prática da verdadeira devoção que Deus deseja ao seu povo.

A evangelização das devoções populares não é possível se antes não se evangelizar a própria liturgia que ainda é a grande devoção do povo. A devoção litúrgica deve ser apresentada como o modelo de toda a devoção, de modo que as que dela nascerem, a ela se pareçam e com ela se harmonizem, renovando-se e tornando-se mais úteis ao homem, a cujo serviço se encontram. O problema das devoções é essencialmente litúrgico. A devoção popular proclama e denuncia a liturgia, prolongando-a e adaptando-a às necessidades e sensibilidades do homem. Sempre que a liturgia se torna estranha ao crente, este procura na sua devoção o que na liturgia não consegue encontrar. Onde e quando a liturgia não serve o homem, este recorre à devoção, normalmente na forma da piedade popular. Quando o homem é movido pela própria devoção cai frequentemente na superstição, fanatismo e magia. Houve casos de devoção que, tendo nascido da liturgia, por ela foram posteriormente acolhidos, por exemplo a adoração ao Santíssimo Sacramento que conheceu recentemente um ritual que a integra entre as diversas acções litúrgicas. O mesmo se diga da devoção ao Coração de Jesus que deu origem a uma celebração litúrgica. O mesmo se espera que aconteça com o Rosário, as Trindades e a Via sacra que se encontram relacionados com a Liturgia das Horas e a Sexta-Feira Santa.

## **Conclusão**

A solução pastoral para a reconversão das formas devocionais à sua legítima e genuína expressão litúrgica deve ter em conta a função do exercícios de piedade popular e a pluralidade da oração litúrgica da Igreja. Na medida em que a liturgia desempenha bem as funções dos exercícios de piedade, estes irão cedendo o lugar, a importância e a preeminência à liturgia e suas celebrações. O remédio para os males da piedade popular encontra-se no tratamento efectivo e afectivo da piedade litúrgica que deve tornar-se mais eclesial, menos sectorial e muito mais popular, ou seja, de acordo com o próprio Deus de que o homem é imagem e semelhança, mesmo na prática da religiosidade popular.

FR. PEDRO FERREIRA, OCD



## Reforma da Cúria Romana

Pela Constituição Apostólica "Pastor Bonus", o Papa João Paulo II fez a reforma da Cúria Romana.

Esta Constituição inclui normas gerais e a reorganização da Secretaria de Estado, de 9 Congregações, dos Tribunais, de 12 Conselhos Pontifícios, dos Serviços Administrativos e dos outros organismos da Cúria Romana.

As mudanças que afectam as Congregações são pouco importantes em número e dizem respeito principalmente à apresentação das competências.

As Congregações do Culto Divino e dos Sacramentos, separadas em 1984, reúnem-se de novo numa só Congregação.

Foi constituída, por último, junto da Congregação do Clero, uma Comissão Pontifícia do património artístico e histórico.

Os artigos da Constituição referentes à Congregação do Culto Divino e dos Sacramentos vão do nº 62 ao nº 70.

Pelo interesse de que estes artigos se revestem para a Liturgia, traduzimo-los integralmente.

### **Art. 62**

Permanecendo a competência da Congregação da Doutrina da Fé, a Congregação ocupa-se de tudo o que diz respeito à Sé Apostólica



em matéria de regulamentação e de promoção da sagrada Liturgia e, em especial, dos Sacramentos.

#### **Art. 63**

A mesma Congregação promove e ordena a disciplina dos Sacramentos, especialmente no que se refere à validade e à liceidade da sua celebração; para além do mais, concede privilégios e dispensas que nesta matéria não dependem dos bispos diocesanos.

#### **Art. 64**

1. A Congregação promove também, através dos meios mais eficazes e adaptados, o desenvolvimento da pastoral litúrgica, em particular no que respeita à celebração eucarística; presta a sua ajuda aos bispos diocesanos para que os fiéis participem cada vez mais activamente na sagrada Liturgia.

2. Providencia à realização e à correcção dos textos litúrgicos; revê os calendários particulares, assim como os Próprios das Missas e dos Ofícios das Igrejas particulares e dos Institutos que gozam deste direito.

3. Procede à revisão das traduções dos livros litúrgicos e às suas adaptações preparadas legitimamente pelas Conferências episcopais.

#### **Art. 65**

Presta igualmente a sua ajuda às Comissões ou Institutos instituídos para a promoção do apostolado litúrgico, da música, do canto ou da arte sacra, em regime de estreita colaboração; erige associações deste tipo que tenham carácter internacional e aprova os seus estatutos; encoraja, finalmente, as reuniões plurirregionais para animar a vida litúrgica.

#### **Art. 66**

Exerce atenta vigilância para que sejam observadas plenamente as normas litúrgicas, de modo que se evitem abusos nesta matéria e que tais abusos cessem onde quer que sejam descobertos.

#### **Art. 67**

Regressa à competência desta Congregação o reconhecimento do facto do matrimónio não consumado e a comprovação duma justa causa para conceder a dispensa. Para este fim, recebe todos os actos, com o parecer do bispo e as observações do defensor do vínculo, que examinará caso a caso; e, comprovando-se o fundamento da causa, submete ao Soberano Pontífice o pedido de dispensa.

#### **Art. 68**

É também competente para tratar, segundo as normas do direito, das causas da nulidade duma ordenação.

#### **Art. 69**

Tem igualmente competência para aprovar o culto das sagradas relíquias, a confirmação dos celestes padroeiros e a concessão do título de basílica menor.

#### **Art. 70**

A Congregação presta ainda a sua ajuda aos bispos para que, além do culto litúrgico, sejam tidas em honra as orações e os exercícios de piedade do povo cristão que permaneçam conformes às normas da Igreja.

## I Encontro das Comissões e Serviços de Arte Sacra das Dioceses do Sul

Os trabalhos do I Encontro das Comissões e Serviços de Arte Sacra das Dioceses do Sul, convocado pelo Departamento do Património Histórico e Artístico do Secretariado de Liturgia e Arte Sacra da Diocese de Beja, decorreram no Seminário Diocesano de Nossa Senhora de Fátima, desta cidade, no dia 8 de Outubro de 1988, sob a presidência de Sua Ex.<sup>a</sup>. Revm.<sup>a</sup>. o Senhor Bispo de Beja, Senhor D. Manuel Franco Falcão.

Foram convidados para o I Encontro as seguintes Dioceses e organismos da Igreja: Diocese do Algarve, Secretariado de Liturgia e Arte Sacra; Diocese de Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico do Secretariado de Liturgia e Arte Sacra; Arquidiocese de Évora, Comissão de Arte Sacra; Diocese de Portalegre e Castelo Branco, Comissão de Arte Sacra; Diocese de Setúbal, Comissão de Liturgia e Arte Sacra; Secretariado Nacional de Liturgia; União das Misericórdias Portuguesas, Secretariado Nacional. Estiveram presentes as seguintes individualidades: Mons. Doutor José Filipe Mendeiros, Presidente da Comissão de Arte Sacra da Arquidiocese de Évora; Padre João Pires de Campos, Vice-Presidente da mesma Comissão; Padre Dr. António Fernando Marques, Vogal da mesma Comissão; Padre Dr. José Dias Heitor Patrão, Vogal da Comissão de Arte Sacra da Diocese de Portalegre e Castelo Branco, em representação do respectivo Presidente, Cón. Anacleto Pires da Silva Martins, ausente por motivo de doença; Eng. Téc. João Carrilho da Graça, Vogal da mesma Comissão; Cón. António Mendes Aparício, Presidente do Secretariado de Liturgia e Arte Sacra da Diocese de Beja, Reitor do Seminário Diocesano de Nossa Senhora de Fátima; Dr. Arqtº. José António Falcão, Director do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese

de Beja; Dr. Hernâni Perdigão Santos Serra, Vogal do mesmo Departamento; José Maria Afonso Coelho, Vogal do mesmo Departamento; Padre Frei Casimiro Vloon, O. Carm., Colaborador do mesmo Departamento; Padre Dr. João de Freitas Marado, da União das Misericórdias Portuguesas, em representação do Padre Dr. Vergílio Lopes, Presidente do Secretariado Nacional da União; Dr. Joaquim Oliveira Caetano, Colaborador Científico do Museu Nacional de Arte Antiga; Dr. Joaquim Figueira Mestre, Vice-Presidente da Associação de Defesa do Património Cultural da Região de Beja; Dr. Jorge M. Rodrigues Ferreira, Vogal da Comissão de Arte Sacra do Patriarcado de Lisboa e Membro do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, participou como observador da mesma Comissão; Arqtº. Alberto Mesquita, colaborador da mesma Comissão e que participou igualmente como observador.

O acolhimento aos participantes principiou às 9,30 h., na sala de estar do Seminário. Às 10,00 h. os participantes instalaram-se na sala do coro, onde decorreram os trabalhos do Encontro, inaugurados, como previsto, às 10,15 h. pelo Venerando Prelado de Beja. Após um breve espaço de oração e reflexão, o Senhor D. Manuel Franco Falcão saudou todos os presentes, comentou em linhas gerais o objectivo da reunião e introduziu, com comentários muito oportunos, os principais temas propostos para a mesma. O Reitor do Seminário dirigiu igualmente palavras de acolhimento aos presentes. O Dr. José António Falcão manifestou a alegria da Diocese de Beja em poder acolher os participantes no I Encontro, organizado pelo Departamento que dirige, explicou a ausência, por motivos de força maior, dos representantes das Dioceses do Algarve e Setúbal e do Secretariado Nacional de Liturgia e sugeriu a metodologia de trabalho a seguir na reunião.

O Dr. Hernâni Serra, que assumiu a coordenação da apresentação de temas do Encontro e seu debate em comum, convidou os representantes de cada um dos organismos presentes a expor, de forma breve, as respectivas actividades e planos. Após a intervenção de cada um destes representantes seguiu-se uma primeira troca de impressões.

Pelas 12,00 h. o Dr. Joaquim Oliveira Caetano apresentou a sua comunicação sobre "O Património Pictórico dos Séculos XVI-XVIII existentes no Sul de Portugal. Perspectivas para o seu Estudo e Salvaguarda", trabalho de grande interesse científico, reflectindo a importante experiência do autor neste campo, como colaborador do Dr. Victor Serrão, o qual foi acompanhado com viva atenção. Seguiu-se um

amplo debate tendo como base as observações trazidas a público pelo Dr. Oliveira Caetano.

Pelas 13,15 h. decorreu um almoço em comum no refeitório do Seminário, oferecido pelo Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja.

Retomados os trabalhos pelas 14,45 h., iniciou-se um extenso espaço de reflexões e debate em que intervieram todos os presentes, estruturado em torno dos seguintes temas:

1. Realização de Encontros semelhantes a este, todos os anos e de forma rotativa entre as várias Dioceses do Sul;
2. Constituição, promulgação e regulamentação de uma Associação, Federação, União ou Conselho das Comissões e Serviços de Arte Sacra e Património Cultural das Dioceses do Sul, abrangendo o património artístico, histórico, bibliográfico, etc.;
3. Existência de normas actualizadas para a conservação e valorização do património cultural de cada Diocese, promulgadas pelo respectivo Prelado;
4. Relações da Igreja, no âmbito do património cultural, com o Estado e as autarquias;
5. Empréstimos de objectos do património da Igreja para exposições;
6. Informação bibliográfica;
7. Acessibilidade dos investigadores ao património cultural da Igreja;
8. Museus de Arte Sacra;
9. Formação de pessoal museográfico e de outros serviços do património da Igreja;
10. Colaboração inter-diocesana no campo de recuperação do património cultural da Igreja: talha, escultura, paramentaria, arquitectura, etc.;
11. "Restauros" em santeiros de Braga e Lisboa;
12. "Restauros" por "curiosos" locais;
13. Património da Igreja sob custódia de particulares;
14. Segurança nas igrejas e edifícios da Igreja, com destaque para as ermidas rurais;
15. Cedência de peças em posse de particulares à Igreja;
16. Organização de um Congresso Nacional de Arte Sacra;
17. Arquivos Históricos (Diocesanos, Paroquiais, Camarários...);
18. Ensino de Arte Sacra nos Seminários;

19. Urgente criação da Comissão ou Conselho Nacional de Arte Sacra e Património Cultural;

20. Financiamento de obras de restauro em edifícios e objectos pertencentes à Igreja;

21. Ampliação da colaboração inter-diocesana;

22. Necessidade de que todas as obras que possam afectar o património histórico-artístico diocesano sejam precedidas de um parecer técnico da Comissão ou Serviço de Arte Sacra da mesma Diocese, solicitado pelo respectivo Prelado a título de consulta, conforme as determinações da legislação da Igreja.

Torna-se impossível reproduzir, neste simples apontamento, tudo quanto se analisou no decurso de cerca de três horas e meia de debate muito participado e enriquecedor. Tal ficará para a acta definitiva, pacientemente redigida por José Maria Afonso Coelho.

No espaço final do Encontro, a partir das 18.30 h, redigiram-se as conclusões do I Encontro, compilando as coordenadas essenciais do mesmo:

- Que se passe a realizar anualmente, de forma rotativa em cada diocese do Sul, um Encontro com as características do presente.

A Comissão de Arte Sacra da Arquidiocese de Évora propôs que o II Encontro se efectuasse no Seminário Maior desta cidade, em 7 de Outubro de 1989, o que foi aprovado pro unanimidade.

- Que se crie um grupo de trabalho para a criação de um organismo inter-diocesano no âmbito da Arte Sacra e Património Cultural do Sul de Portugal, constituído por dois representantes de cada Comissão e Serviço Diocesano, grupo de trabalho que reunirá logo que possível.

O Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja foi mandatado para convocar a nomeação dos representantes de cada Diocese para este grupo e a primeira reunião.

- Que se promovam acções de formação, nos diversos sectores de Arte Sacra e Património Cultural, em cada uma das Dioceses presentes, designadamente através da preparação de agentes de base que actuem ao nível de paróquias, organização de Jornadas Diocesanas do Património Cultural, sensibilização do clero, melhoria do nível de instrução dos seminaristas, etc.

- Que se solicite aos Prelados de todas as Dioceses a promulgação de normas actualizantes e quanto possível uniformes sobre a conservação e valorização da Arte Sacra e do Património Cultural da Igreja.

Esta solicitação, referente a todas as Dioceses do Sul, diz especialmente respeito àquelas em que não existem tais normas ou estão ultrapassadas.

Que se intensifiquem os laços de colaboração já existentes entre as Comissões e os Serviços de Arte Sacra das Dioceses do Sul e as Santas Casas da Misericórdia e a própria União das Misericórdias Portuguesas no campo da investigação, conservação e valorização do património cultural da Igreja, com destaque para o destas Irmandades, existentes ou extintas.

Juntamente com as **conclusões**, foram ainda aprovados dois outros documentos:

### **1. Moção**

"As Comissões e Serviços de Arte das Dioceses do Sul, reunidos no seu I Encontro, reconhecem os benefícios da colaboração com o Estado, as autarquias e outras entidades públicas e privadas no campo da conservação e valorização do património cultural da Igreja, emitindo um voto no sentido de que esta colaboração seja ainda mais intensificada".

A esta moção caberia talvez com maior propriedade a designação de voto, mas registamo-la tal como foi apresentada e aprovada.

### **2. Voto**

"As Comissões e os Serviços de Arte Sacra aqui reunidos emitem um voto no sentido da urgente criação da Comissão ou Conselho Nacional de Arte Sacra e Património Cultural da Igreja".

Importa salientar que a urgente organização desta Comissão ou Conselho Nacional foi um dos temas mais profundamente apreciados no decorrer do Encontro, tendo os participantes chamado a atenção para a importância e necessidade da sua constituição, incluindo representantes de todas as Dioceses do País.

Estes documentos, tal como as conclusões do Encontro, foram aprovados por unanimidade.

Os participantes solicitaram ao Senhor D. Manuel Franco Falcão o obséquio de se dignar transmitir à Conferência Episcopal o teor dos problemas debatidos no Encontro e as suas conclusões.

Os trabalhos do I Encontro foram encerrados pelas 18,50 h.. Realizou-se seguidamente o programa cultural complementar, que consistiu numa visita às igrejas de Nossa Senhora dos Prazeres e de Nossa Senhora de Ao-pé-da-Cruz, formosos monumentos sacros da cidade de Beja, brilhantemente guiada pelo Dr. Joaquim Figueira Mestre.

JOSÉ ANTONIO FALCÃO



## Encontro Diocesano de Pastoral Litúrgica de Vila Real

Realizou-se no Seminário de Vila Real, de 6 a 8 de Setembro, o I Encontro Diocesano de Pastoral Litúrgica.

Os trabalhos, que contaram com a participação activa e interessada de cerca de 300 pessoas, foram presididos pelo Sr. D. António Cardoso Cunha, Bispo Residencial, e orientados pelo Sr. D. Joaquim Gonçalves, Bispo Coadjutor.

O Secretariado Nacional de Liturgia colaborou através dos seus Vogais: Cón. José Ferreira, que tratou de **A Liturgia como celebração do Mistério Pascal de Cristo** e de **Os ministérios na Liturgia**; Dr. José de Leão Cordeiro, que desenvolveu os temas: **A assembleia celebrante** e **O leitor e o salmista**; Dr. Luis Ribeiro de Oliveira, que reflectiu sobre as **Celebrações Dominicais na ausência do Presbítero**; e Mons. Aníbal Ramos, que expôs a problemática do **Espaço sagrado e a Liturgia**. Todas estas conferências foram escutadas com a maior atenção e seguidas de colóquios vivos e esclarecedores.

Laudes, de manhã, Eucaristia na Sé, ao meio dia, e Vésperas na Sé, ao fim da tarde, foram celebrações litúrgicas que marcam este Encontro e que, de certo modo, ilustraram e aprofundaram as exposições teóricas dos conferencistas. Os ensaios e a direcção do canto da assembleia estiveram a cargo do Cón. José Ferreira, que em três dias conseguiu dos participantes progressos assinaláveis.

Na sessão de encerramento, o Sr. D. António Cardoso Cunha



congratulou-se com o êxito dos trabalhos e disse palavras de gratidão aos conferencistas e de estímulo aos participantes. O Sr. D. Joaquim, por sua vez, acentuou os objectivos deste Encontro e manifestou a esperança de que ele não seja um ponto de chegada mas um ponto de partida para a arrancada da renovação litúrgica na Diocese.

Quer na sessão de abertura, quer noutras ocasiões, evocou-se o Congresso Litúrgico de Vila Real, realizado em 1926, e foram homenageadas algumas das pessoas que tornaram possível esse acontecimento pioneiro no nosso País, entre as quais D. João Evangelista de Lima Vidal, então Bispo da Diocese, Mons. Pereira dos Reis, D. António Coelho, Mons. Eduardo Coelho Ferreira e Mons. Freitas Barros.

A rádio local "Voz do Marão" fez uma boa cobertura do Encontro dando uma síntese diária dos seus trabalhos, tanto doutrinários como celebrativos.

# Liturgia e Vida

*de Manuel Simões*

Saiu recentemente dos prelos o livro **Liturgia e Vida**, do P. Dr. Manuel Simões, SJ.

Editada pelo Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, que tem a sua sede em Braga, esta obra é uma colectânea das notas de espiritualidade litúrgica que o Autor foi redigindo mensalmente para o **Mensageiro do Coração de Jesus**.

Não pretendeu o P. Manuel Simões escrever um estudo sistemático e completo que abrangesse todos os assuntos por ordem da importância e da cronologia, como é de uso nos compêndios escolares; mesmo assim, abordou com maior ou menor profundidade, e tendo sempre na sua mente os leitores da revista, os grandes temas litúrgicos.

E fez esta abordagem reflectindo não sobre o conjunto de cerimónias ou o folclore de ritos mágicos, mas, acima de tudo, sobre a celebração festiva da salvação do homem por Jesus Cristo.

A assembleia, que apresenta em variados e harmoniosos tons, não é aquela em que todos assistem passivamente ao espectáculo dado por poucos, mas aquela outra em que todos concelebram o mistério da fé e procuram traduzir a concelebração deste mistério na prática da vida quotidiana.

De baptizados que, entre nós, se orgulham de não ser praticantes, e de praticantes que não vivem a sua fé, andamos todos um tanto cansados. A estes já o Padre António Vieira chamava com uma actualidade que permanece, cristãos de fé e herejes de mandamentos.

A 25 anos da promulgação da Constituição sobre a Liturgia e em pleno esforço nacional de formação litúrgica, é bem-vinda uma obra destas, e dela havemos de esperar um contributo valioso para a edificação dos simples que são todos aqueles que não têm tempo, nem cultura, nem acesso a compêndios especializados a abarrotar de citações e erudição.